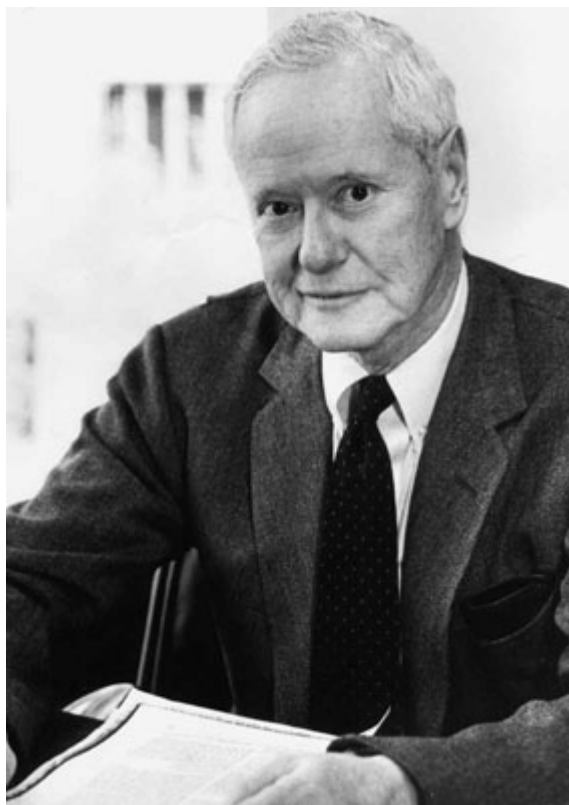


Blog do Sociofilo



Robert Merton

Verbetes: profecia autorrealizadora

Por Gabriel Peters

Três cenários

Primeiro: Em 1932, conta o sociólogo Robert Merton (1948), o *Last National Bank* estava em pleno florescimento, despertando ampla confiança em seus recursos, até que foram espalhados falsos rumores a respeito de sua pouca credibilidade e iminente insolvência. Os boatos sobre a instabilidade de sua estrutura financeira eram errôneos no início. No entanto, na medida em que a solidez dessa estrutura dependia da confiança que seus clientes nela depositavam, aqueles rumores foram capazes de convencer vários

desses clientes a deixar o banco. Conforme os primeiros clientes a acreditar no boato abandonavam o banco, outros, antes incrédulos, observavam tal abandono como prova da veracidade dos rumores. Convencidos dessa veracidade, eles também retiraram seu dinheiro do banco, em um efeito “bola de neve” que terminou por levar ao colapso daquela instituição.

Segundo: Um professor de matemática machista julga que as mulheres, devido à sua constituição biológica, são menos aptas ao raciocínio lógico e matemático do que os homens. Ainda que não partilhe tal crença com seus estudantes, pelo menos não explicitamente, o professor orienta sua conduta em sala de aula com base nela. Assim, por exemplo, ele é mais receptivo às dúvidas dos meninos do que das meninas, já que acha que os primeiros têm um potencial genuíno de progresso intelectual que faltaria às segundas. Do encorajamento emocional ao foco de sua atenção enquanto fala com a turma, a crença do professor quanto à suposta inferioridade natural das meninas no desempenho da matemática se manifesta, na prática, ao longo de todo um ano de ensino. Nesse período, as diferenças de tratamento pedagógico que o professor dispensa às alunas e aos alunos vão se acumulando em benefício dos últimos e em prejuízo das primeiras. Devido a tal tratamento diferencial, ao final do período letivo, as notas dos seus alunos se mostram, na média, maiores do que aquelas de suas alunas. No entanto, em vez de atribuir as diferenças de desempenho entre meninos e meninas ao preconceito que tutelou sua atividade pedagógica, o professor conclui que o resultado confirma a verdade da crença com a qual começou o ano.

Terceiro: Um psiquiatra do início do século acredita que a esquizofrenia é uma desordem neurológica que ataca o indivíduo um pouco após a adolescência, levando, entre outras coisas, a uma degeneração irreversível das suas capacidades cognitivas. Um sujeito que recebe esse diagnóstico é internado em um hospital psiquiátrico, no qual o médico responsável pelo seu tratamento também atende a vários outros pacientes. Entre tais pacientes estão indivíduos diagnosticados com doenças mentais que, na visão do médico, autorizam um prognóstico bem mais otimista no tocante a possibilidades de melhora. Alguns anos se passam nos quais o paciente é, em larga medida, abandonado em um ambiente marcado pela penúria de estímulos cognitivos, interações sociais e oportunidades de engajamento em atividades práticas. Após esses anos, o sujeito é submetido a testes psicométricos que indicam um decréscimo nas suas aptidões

cognitivas. Ainda que tais resultados se expliquem sobretudo pelas condições cognitivamente empobrecedoras nas quais o sujeito vem vivendo, o psiquiatra que o atende julga que suas aptidões intelectuais diminuídas derivam do avanço neurológico de sua doença, aquele mesmo que havia sido predito de antemão.

O que há de comum em todos esses cenários? Todos são exemplos, creio eu, do fenômeno sociológico que Merton descreveu como “profecia autorrealizadora” – ou, na divertida tradução disponível no Brasil, a “profecia que se cumpre por si mesma” (1970: 515). O conceito se aplica a cenários sociais nos quais uma previsão, ainda que fundada sobre crenças falsas, gera uma cadeia de condutas que terminam por “realizá-la”, isto é, por produzir o efeito por ela predito. O mecanismo causal envolvido na passagem da profecia à sua realização não deriva, é óbvio, de qualquer processo mágico (não, o princípio da incerteza de Heisenberg infelizmente NÃO significa que controlamos o universo com nossos pensamentos). Entre a profecia e sua realização, são as *condutas* ou cadeias de condutas induzidas pela profecia que produzem as consequências por ela antecipadas. Para dar carne a esse esqueleto com outro exemplo: a) **crença falsa**: “os membros da minoria A são incapazes de desempenhar a profissão B”; b) **conduta orientada pela crença falsa**: empregadores imbuídos de tal crença não selecionarão membros da minoria A para a profissão B; c) **efeito que “realiza” a profecia ancorada em crença falsa, através de seu efeito sobre as condutas dos agentes envolvidos**: ao não receberem quaisquer oportunidades de exercício da – e treinamento na – profissão B, os membros da minoria A não adquirem as habilidades necessárias à profissão B.

Vejamos a coisa toda em maiores detalhes.

O teorema de Thomas

As representações que os seres humanos fazem da realidade podem ou não corresponder à própria realidade. No entanto, uma das dificuldades adicionais que o estudo sociológico da conduta humana possui, quando comparado às ciências da natureza, é o fato de que representações falsas do mundo podem, ainda assim, exercer efeitos palpáveis sobre o real. Isto acontece porque tais representações, sejam elas corretas ou errôneas, orientam as intervenções dos agentes sobre seus cenários sociais. Por exemplo, existam efetivamente ou não, as divindades em que creem os seres humanos são “reais” enquanto representações que orientam suas intervenções sobre o mundo. Como tais, aquelas

representações religiosas de divindades ajudam a produzir efeitos concretos no real, os quais podem variar, digamos, de grandiosos tesouros arquitetônicos ao uso de aviões como armas de assassinato em massa.

Foi precisamente para dar conta dessa circunstância que William Thomas formulou um famoso teorema sociológico: se as pessoas tomam certas situações como reais, tais situações são reais *em suas consequências*. Robert Merton (1948) principia o texto que dedicou à profecia autorrealizadora tomando-a como uma das ilustrações desse teorema. As crenças dos seres humanos a respeito do mundo social em que estão imersos fazem parte da cadeia causal de processos pelos quais esse próprio mundo se reproduz ou se transforma. A influência das representações de mundo sobre as condutas humanas e, através delas, sobre os rumos históricos da vida social acontece, como vimos, ainda que aquelas representações sejam falsas. Tal circunstância introduz uma diferença importante na relação entre crença e realidade nos âmbitos natural e social. O movimento de translação do planeta Terra ao redor do Sol, por exemplo, não foi afetado em nada pelas crenças mutáveis que os seres humanos mantiveram, ao longo da história, a respeito da Terra, do nosso sistema solar ou do universo como um todo. Em contraste, independentemente de corresponderem ou não a algo de real do ponto de vista cosmológico, crenças humanas (p.ex., a crença religiosa na existência de bruxas) são *reais enquanto representações que guiam práticas humanas* (p.ex., a tortura e o assassinato de mulheres por fogo ou enforcamento).

Dentre os três cenários com os quais iniciamos este texto, apenas o primeiro, relativo à história do *Last National Bank*, é oferecido pelo próprio Merton. Não obstante, os exemplos de profecia autorrealizadora arrolados pelo sociólogo estadunidense privilegiam, assim como as ilustrações 2 e 3 acima, a dinâmica sociológica de preconceitos e estigmas.

Minha virtude será seu vício (e vice-versa)

Eis aqui outro “teorema” que pessoas conscienciosas já descobriram por conta própria: na imensa maioria dos casos, se uma pessoa começa uma frase com “Não sou preconceituoso, mas...”, prepare-se, pois uma afirmação bem preconceituosa vem por aí! Em princípio, algo similar vale, é claro, para as variantes “Não sou machista, mas...”, “Não sou racista, mas...” etc. A despeito do que a ocorrência tem de irritante, ela é uma

boa ilustração sociológica do fato de que é da própria natureza do preconceito não se reconhecer enquanto tal. Crenças preconceituosas são experimentadas pelos seus possuidores “não como prejulgamentos, mas como produtos irresistíveis da sua própria observação” (Merton, 1948: 196). No que toca ao preconceito, Merton se mostrou sensível àquilo que viria a ser chamado, na psicologia cognitiva, de “viés de confirmação”: a propensão humana a interpretar fenômenos de modo a confirmar suas crenças e expectativas prévias.

O que é trágico é o fato de que tal “confirmação”, ao ser mobilizada em assimetrias de poder e relações de dominação, ocorre não apenas no âmbito da cognição, mas na realidade social mesma:

“Assim,...quando o cavalheiro do Mississipi (um estado que gasta cinco vezes mais com o aluno branco médio do que com o aluno negro médio) proclama a inferioridade essencial do negro apontando para a razão per capita de médicos entre negros como pelo menos um quarto daquela de brancos, nos impressionamos mais com a sua lógica embaralhada do que com seus preconceitos profundos [na verdade, nos impressionamos com as duas coisas]. Tão patente é o mecanismo da profecia autorrealizadora nessas instâncias que apenas aqueles para sempre devotados à vitória do sentimento sobre os fatos podem tomar essas evidências capciosas a sério. No entanto, a evidência espúria cria frequentemente crenças genuínas. A auto-hipnose através da própria propaganda é uma fase não incomum da profecia autorrealizadora” (Merton, 1948: 200)

Mas a coisa piora. Uma seção substancial do artigo de Merton é devotada a uma curiosa alquimia perceptual e linguística envolvida na dinâmica do preconceito. Graças a tal alquimia, a valorização do próprio grupo pode caminhar a par e passo com a estigmatização preconceituosa dos *outsiders*. O princípio é simples, porém tristemente eficaz: o mesmo atributo de conduta pode ser considerado uma virtude ou um vício dependendo da identidade social de quem o exhibe – por exemplo, o antissemita que elogia a “tenacidade” e a “inteligência engenhosa” do líder gentio denunciará a “teimosia” e a “esperteza desonesta” que enxerga nos judeus. A operação alquímica que transforma virtudes em vícios (e, digamos, “vício-versa”) imuniza tanto a autocongratulação do *insider* quanto a estigmatização do *outsider* contra possíveis refutações advindas da experiência:

“... a mesma conduta sofre completa mudança de valoração quando passa do intragrupo Abe Lincoln para o extragrupo Abe Cohen ou Abe Kurokawa. (...) Abraham Lincoln trabalhava até altas horas da noite? Isto atesta que era um indivíduo industrioso, resoluto, perseverante e ansioso por exercer ao máximo os seus talentos. Os judeus ou japoneses do extragrupo também trabalham até de madrugada? Isto apenas exemplifica...seus métodos de concorrência desleal. O herói do intragrupo é frugal, econômico e moderado? Então o vilão do extragrupo é tacaño, miserável e economizador de tostões. Ao Abe do intragrupo se presta homenagem por ser esperto, perspicaz e inteligente e, pelo mesmo motivo, dedica-se o maior desprezo aos Abes dos extragrupos por serem astutos, ladinos, manhosos e por demais espertos” (MERTON, 1970, p. 523).

Tal alquimia semântica e ideológica aprisiona o grupo estigmatizado em uma situação na qual ele é condenado se fizer uma coisa ou o seu oposto. Trata-se do princípio “preso por ter cão, preso por não ter” (ou “*damned-if-you-do, damned-if-you-don’t*”). Por exemplo, um indivíduo rotulado como **“doente mental”**, internado contra a própria vontade em um hospital psiquiátrico, oferecerá uma “confirmação” de seu diagnóstico aos médicos independentemente de assumir uma postura conformista ou rebelde: o conformismo significa a aceitação da sua própria doença para todos os efeitos práticos (p.ex., assentimento à terapia medicamentosa), enquanto a rebeldia face à instituição será interpretada como mais uma prova de seu desequilíbrio psíquico (PETERS, 2017: 266-269). De resto, este princípio do tipo “cara, eu ganho; coroa, você perde” ajuda a dar sentido ao que uma visão externa ao preconceito enxergaria como espetaculares inconsistências na representação do grupo estigmatizado – por exemplo, para voltar à ilustração relativa ao antissemitismo, a ideia de que os judeus são intelectualmente inferiores, porém inteligentes o suficiente para urdirem conspirações que controlam o mundo desde os bastidores.

O reverso: a profecia autodestrutiva

Merton também se refere à contraparte da profecia autorrealizadora, qual seja, a profecia autoderrotista, autonegadora, autodestrutiva ou “suicida”. Como o nome já indica, trata-se da previsão de um acontecimento futuro que, uma vez feita, desencadeia uma série de processos que impedem a ocorrência do acontecimento. Por exemplo, a predição de um atentado terrorista pode levar à adoção de medidas de segurança que o neutralizam. Se

muitas pessoas acham que as doações financeiras a uma causa serão tantas que sua doação particular será irrelevante e desnecessária, muitas pessoas não farão doações e, assim, as doações não serão muitas (Schelling, 1978: 118). Se, em resposta à previsão de que a emissão contínua da substância X gerará o pernicioso efeito ambiental Y, o governo e a indústria promovem uma redução da emissão de X, o efeito ambiental Y não ocorrerá.

Merton havia definido a profecia autorrealizadora como inicialmente falsa, mas não menciona este critério no caso da profecia autonegadora. A bem da verdade, o mecanismo contrário pode acontecer: uma profecia baseada em uma crença inicialmente verdadeira orienta condutas que terminam por “falsificá-la”. Com efeito, quando uma profecia gera condutas cujas consequências impedem o desenlace previsto, alguns provavelmente dirão que a profecia era falsa desde o início. Para continuarmos com o exemplo acima: a não ocorrência do desastre ambiental Y, devida na realidade à redução deliberada das emissões da substância X, será interpretada por alguns como prova de que a tese segundo a qual X (p.ex., a emissão de carbono) geraria Y (p.ex., a mudança climática) teria sido sempre um mito.

Convergências e desdobramentos

Uma coisa é certa: a imagem de Merton como satélite menor na órbita do estrutural-funcionalismo de Parsons não faz jus à riqueza intelectual do seu trabalho. Para ficar em apenas um exemplo do quão injusta é tal imagem, a atenção que Merton ao preconceito, neste e em outros textos, mostra uma sensibilidade à dimensão agonística e conflitual da vida social que não condiz com a caricatura de sociedade hiperintegrada associada ao estrutural-funcionalismo pelos seus [críticos](#) (Sztompka, 2003: 24). Seja como for, quando pensamos nas ressonâncias contemporâneas da ideia de profecia autorrealizadora, é útil, creio eu, inventariar tanto as apropriações explícitas do conceito mertoniano quanto aqueles percursos analíticos que ilustram ou desenvolvem, através de outros vocabulários, os insights que Merton atrelou à noção. Vejamos.

Compreensivelmente, o conceito de profecia autorrealizadora faria uma longa carreira nos estudos sobre educação (Wilkins, 1976). Avaliações de educadores quanto aos níveis de aptidão dos seus estudantes costumam gerar uma cascata de efeitos retroalimentadores, tais como “classes especiais” para alunos tidos como talentosos ou desencorajamentos frequentes para alunos tidos como limitados. Tais efeitos, por seu turno, terminam por

“realizar” aquelas avaliações frequentemente apressadas ou simplesmente obtusas. Eis apenas uma ilustração, dentre várias outras, de profecia autorrealizadora no âmbito da educação:

“Rosenthal e Jacobson...disseram a professores da escola primária que pesquisadores de Harvard haviam criado um novo teste de QI que poderia ‘identificar’ o ‘florescimento intelectual’. Eles disseram aos professores, então, quais de seus estudantes tinham sido identificados por esse teste como ‘talentos tardios’ – estudantes que teriam ganhos substanciais nos seus QIs ao longo do ano escolar. Na realidade, não havia nenhum teste especial para medir o florescimento intelectual; os estudantes haviam simplesmente sido submetidos a um teste de QI típico, e atribuições aleatórias determinaram quais estudantes seriam rotulados como talentos tardios. Na medida em que os talentos tardios tinham sido escolhidos de modo aleatório, eles não eram realmente diferentes de quaisquer outros estudantes intelectualmente. A única diferença entre os estudantes rotulados de talentos tardios e aqueles não rotulados como tais consistia nas expectativas de seus professores quanto a eles. Portanto, qualquer diferença entre seus QIs ao final do ano escolar poderia ser atribuída apenas a uma profecia autorrealizadora, o que foi exatamente o que Rosenthal e Jacobson encontraram. Ao final do ano letivo, os talentos tardios haviam obtido ganhos em seus QIs significativamente maiores do que os outros estudantes” (Madon et. al., 2008: 414-415).

A noção de profecia autorrealizadora se encaixou como luva no que veio a ser conhecido - a partir dos trabalhos de Edwin Lemert, Howard Becker (1963), Erving Goffman (1996) e outros - como “teoria do rótulo” ou da “rotulação” (*labelling theory*). Como Merton notou no que toca a preconceitos raciais, aqueles autores mostraram que os rótulos pelos quais os agentes classificam uns aos outros no mundo social (p.ex., “criminoso” ou “doente mental”) não são ferramentas puramente descritivas, mas afetam profundamente os indivíduos assim classificados, na medida em que orientam a conduta da sociedade em relação a eles. Como uma escola empiricamente orientada de pensamento sociológico, a teoria do rótulo retratou diversas dinâmicas em que categorizações de atores como “desviantes” engendram toda uma cadeia de tratamentos sociais que podem muito bem aprisionar os indivíduos na situação de “desvio”. Ao tornar mais difícil a entrada de um sujeito com ficha criminal no mercado de trabalho, por exemplo, a sociedade aumenta a probabilidade de que ele retorne ao mundo do crime. Como já vimos, um indivíduo

tomado como louco, internado contra a sua vontade em um hospital psiquiátrico, frequentemente responderá às suas condições de vida em uma “instituição total” através de condutas que só farão confirmar o diagnóstico do seu psiquiatra. Em um trabalho clássico, Goffman (1996) expôs como uma série de ações que médicos tomam como manifestações da insanidade do paciente são, a bem da verdade, reações perfeitamente inteligíveis dos internos às suas circunstâncias.

A proposta mertoniana de que as ciências sociais deveriam se voltar a “teorias de médio alcance”, cujas unidades elementares seriam “mecanismos” causais, veio a ser abraçada pelos proponentes da chamada “sociologia analítica” (Hedström; Sweedberg, 1998), como [Raymond Boudon](#), Jon Elster (2008) e Thomas Schelling (1986), entre outros. Como blocos de construção das teorias de médio alcance, os mecanismos sociais estariam a meio caminho entre leis gerais e descrições concretas. Os conceitos de “profecia autorrealizadora” e “profecia autodestrutiva” designariam, assim, dois destes mecanismos. A bem da verdade, embora o próprio autor não o faça, creio que o par de conceitos mertonianos ilustra um fato sublinhado por Jon Elster (2008: 39), qual seja, o de que mecanismos causais no mundo societário assumem comumente a forma de *contrários*. Alguns casos de profecias autorrealizadoras e profecias autodestrutivas exemplificam, acredito, esses pares de contrários frequentemente engendrados pelas mesmas condições. Veja-se o caso dos (des)encorajamentos que agentes recebem de outros significativos. Indivíduos cercados por pessoas que acreditam no seu “sucesso” (atletico, acadêmico, profissional, artístico etc.) podem se sentir mais motivados a persistir nas ações que levam efetivamente a ele, enquanto outros vistos como destinados ao “fracasso” pelas pessoas que os circundam podem sentir sua motivação ser corroída pela falta de encorajamento alheio. Em outras palavras, expectativas sociais de “sucesso” e “fracasso” estão entre as condições de produção efetiva de trajetórias respectivamente bem ou mal sucedidas. No entanto, também existem os casos em que indivíduos acostumados a ouvir que seu sucesso é uma certeza tornam-se complacentes a ponto de não realizarem o esforço necessário àquele efeito, assim como pessoas que ouvem que estão destinadas ao fracasso conseguem transformar esse vaticínio em motivação para alcançarem o “sucesso”, esfregando-o, assim, na cara de seus desencorajadores (Sztompka, 1983: 235).

À luz de uma mirada retrospectiva, o texto de Merton pode ser visto como uma das primeiras e mais incisivas radiografias do que [Giddens](#) (2003) viria a chamar de *reflexividade* do conhecimento social. As representações do mundo societário, sejam elas feitas por pesquisadores especializados ou atores leigos, não são acessórias ao curso histórico desse mundo, mas constitutivas de tal curso. O que é tido por conhecimento sobre o social em tal ou qual cenário, seja verdadeiro ou falso, fará parte da cadeia causal de processos pelos quais esse cenário será historicamente produzido e reproduzido. Diversas das dimensões institucionais da sociedade moderna podem ser lidas, em parte, como “realizações” do que de início eram concepções teóricas sobre o mundo social, como Giddens ilustra com uma referência ao conceito jurídico-político de soberania:

“Considere-se...as teorias de soberania formuladas pelos pensadores europeus do século XVII. Elas resultaram da reflexão sobre – e do estudo de – tendências sociais as quais foram, por sua vez, realimentadas. É impossível apontar um moderno Estado soberano que não incorpore uma teoria discursivamente articulada do moderno Estado soberano. (...) A noção de soberania e teorias associadas ao Estado eram surpreendentemente novas quando foram formuladas pela primeira vez; hoje, tornaram-se em certa medida parte integrante da própria realidade social que ajudaram a estabelecer. (...) Por que, agora que estamos familiarizados com o conceito e a realidade da soberania do Estado, as teorias seiscentistas do Estado continuam a ter tanta relevância para a reflexão social ou política hodierna? Por certo, exatamente porque contribuíram para a constituição do mundo social em que vivemos agora” (Giddens, 2003: XXXIX).

Argumentos similares poderiam ser oferecidos quanto ao papel das teorias neoclássicas do mercado na própria organização efetiva das economias modernas (Polanyi, 2001), por exemplo, ou ainda das teorias sobre as origens de comunidades étnicas na consolidação de estados-nação modernos (Gellner, 1983).

Ainda que Merton não persiga as implicações epistemológicas do “teorema de Thomas”, a ideia de que o (des)conhecimento humano é uma variável fundamental no curso histórico das sociedades se tornaria central aos debates sobre “naturalismo” e “antinaturalismo” nas ciências sociais. Em *A miséria do historicismo* (1957), Popper a utilizou para espinafrar teorias que pretendiam explicar o conjunto da história humana pela identificação de suas leis objetivas de movimento, como em certa teleologia marxista que pensava a abolição da sociedade de classes *qua* desenlace *inevitável* das crises do

capitalismo. Segundo o filósofo austríaco: se a história das coletividades humanas é influenciada pelo avanço do conhecimento; e se não podemos, por definição, conhecer no momento presente o que conheceremos apenas no futuro; também não podemos, por implicação lógica, prever o curso futuro das sociedades humanas, na medida em que isto significaria que podemos conhecer hoje o que conheceremos somente amanhã. Curiosamente, já nos primórdios do arranjo fordista-keynesiano, o próprio Merton havia tratado do impacto do marxismo na construção do estado de bem-estar social como um exemplo de profecia autodestrutiva ou, pelo menos, autossabotadora (1936: 904): a) a previsão da pauperização crescente da população proletária, como prelúdio à revolução, estimulou movimentos sociais de ferrenho combate às desigualdades produzidas pelo capitalismo industrial; b) o fortalecimento de tais movimentos contribuiu para forçar as sociedades capitalistas a uma reorganização econômica e política, a qual instituiu mecanismos de proteção social e melhora nas condições de vida da população trabalhadora; c) a melhoria nas condições socioeconômicas de vida de trabalhadores assalariados, propiciada pelo estado de bem-estar, “neutralizou” o próprio ímpeto revolucionário que havia motivado o combate às injustiças sociais produzidas pelo capitalismo.

Uma teoria de imenso alcance: a sociedade como profecia autorrealizadora

Finalmente, a crer em um perceptivo texto de Dick Pels (2002), a própria existência da sociedade como “realidade objetiva” ou “facticidade exterior” pode ser pensada como uma profecia autorrealizadora. Há um paradoxo na raiz da ordem social que foi vislumbrado, creio eu, em abordagens tão distintas quanto a teoria marxista do fetichismo da mercadoria, o retrato etnometodológico da vida societária, a ontologia “socioconstrutivista” de Berger e Luckmann e a concepção performativa do gênero formulada por Judith Butler. À parte as diferenças óbvias de repertório conceitual, tais abordagens sugerem que a ordem social não é um dado da natureza, mas um resultado contingente de práticas históricas que a produzem e reproduzem. Ao mesmo tempo, todas elas notam que, quanto mais “bem-sucedidas” são tais práticas de manutenção histórica de uma ordem social contingente, *menos* tal ordem será percebida como tal, isto é, como um contínuo produto ontológico de esforços ordenadores. Em outras palavras, as práticas pelas quais a ordem social é construída e reconstruída levam seus próprios construtores, com frequência, a percebê-la não na sua inerente fragilidade ontológica, mas, ao

contrário, como uma realidade objetiva que se impõe a eles à maneira de uma força da natureza.

O social possui uma existência objetiva? Da perspectiva de qualquer indivíduo particular, a percepção da exterioridade objetiva da sociedade é obviamente acurada, na medida em que as entidades e processos do seu *milieu* coletivo existem à parte da sua vontade, da sua consciência e da sua vida. O que confere à ontologia do social sua complexidade quase intratável, contudo, é o fato de que sua existência é exterior e objetiva em relação a qualquer indivíduo particular sem o poder sê-lo para *todos*.

Como empreitada coletiva, a (re)constituição contingente da ordem social passa frequentemente pela ocultação dessa contingência mesma na experiência cotidiana dos agentes nela enredados. A “reificação”, “coisificação” ou “naturalização” prática da ordem social nas subjetividades de seus membros é, paradoxalmente, parte das condutas habilidosas pelas quais os agentes humanos a fazem existir. A ordem social nunca está naturalmente dada, mas os atores humanos, ao pressuporem que ela está naturalmente dada e atuarem segundo essa pressuposição, contribuem para fazê-la existir performativamente *como se* ela fosse um dado objetivo, em vez de uma construção contingente (falível, precária, ameaçada etc.). A existência do social como “coisa” é, portanto, um pressuposto inicialmente falso, mas que é consistentemente “realizado” ou tornado verdadeiro nas práticas dos agentes que nele acreditam. Trata-se, em suma, de uma profecia autorrealizadora. Durkheim estava certo, ainda que por razões etnometodológicas.

Embora houvesse prometido um livro sobre o assunto (Sztompka, 1986: 237), é de se supor que nem Merton tenha se dado conta do larguíssimo alcance (sic) do seu conceito.

Referências

BECKER, Howard. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: Free Press, 1963.

ELSTER, Jon. *Explaining social behavior*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Ithaca, Cornell University Press, 1983.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- MADON, Stephanie. et. al. "Self-fulfilling prophecy". In: *International encyclopedia of the social sciences*. London, MacMillan, 2008.
- MERTON, Robert. "The unanticipated consequences of purposive social action". *American sociological review*, v.1, n.6, 1936.
- _____. "The self-fulfilling prophecy". *The Antioch Review*, Vol. 8, No. 2 (Summer, 1948), pp. 193-210.
- _____. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970.
- PELS, Dick. "Everyday Essentialism: Social Inertia and the 'Münchhausen Effect'". *Theory, Culture & Society*, v.19, n.5/6, p.69-89, 2002.
- PETERS, Gabriel. *A ordem social como problema psíquico: do existencialismo sociológico à epistemologia insana*. São Paulo, Annablume, 2017.
- POLANYI, Karl. *The great transformation*. Boston, Beacon Press, 2001.
- POPPER, Karl. *The poverty of historicism*. Boston: Beacon Press, 1957.
- SCHELLING, Thomas. *Micromotives and macrobehavior*. London/New York, Norton and Norton, 1978.
- SZTOMPKA, Piotr. *Robert Merton: an intellectual profile*. London, Macmillan, 1986.
- _____. "Robert Merton". In: RITZER, George. *The blackwell companion to major contemporary social theorists*. Cambridge, MA: Blackwell, 2003.
- WILKINS, William. "The concept of a self-fulfilling prophecy". *Sociology of education*, v.49, p.175-183, 1976.